

ATUALIDADES REGULATÓRIAS DO MERCADO DE GÁS BRASILEIRO

**COMPRAR
PRÉ VENDA**



Coordenado por
HIRDAN KATARINA DE MEDEIROS COSTA
SILVIA ANDREA CUPERTINO
EDMILSON MOUTINHO DOS SANTOS

**ATUALIDADES
REGULATÓRIAS DO
MERCADO DE GÁS
BRASILEIRO**

HIRDAN KATARINA DE MEDEIROS COSTA

SILVIA ANDREA CUPERTINO

EDMILSON MOUTINHO DOS SANTOS

(ORGANIZADORES)

**ATUALIDADES
REGULATÓRIAS DO
MERCADO DE GÁS
BRASILEIRO**

São Paulo

2017

Atualidades regulatórias do mercado de gás brasileiro

Os capítulos aqui publicados não refletem necessariamente a opinião do IEE ou do ILB, sendo de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

Todos os capítulos foram avaliados dentro do sistema *double blind review*, por membros do conselho editorial e científicos e por pareceristas.

Coordenadores e Organizadores:

Hirdan Katarina de Medeiros Costa

Silvia Andrea Cupertino

Edmilson Moutinho dos Santos

Conselho Editorial e Científico:

Carolina Arlota – Universidade de Oklahoma, EUA

Eduardo G. Pereira - University of Eastern Finland Law School (Finland)

Edmilson Moutinho dos Santos – Universidade de São Paulo

Flora da Silva Cortes Stevenson – University of Calgary

Yanko Marcius Xavier – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria D'Assunção Costa – Assunção Consultoria Institucional Ltda.

Virginia Parente – Universidade de São Paulo

Pareceristas:

Clauber Leite – mestre pelo PPGE, ex-bolsista de mestrado PRH04, Convênio Petrobras 2

Javier Farago Escobar – doutor pelo PPGE, pesquisador CENBIO, ex-bolsista de mestrado PRH04, Convênio Petrobras 2

Renata Araújo – doutora pelo PPGE, pesquisadora, ex-bolsista de mestrado PRH04, Convênio Petrobras 2

Vitor Emanuel Siqueira Santos – doutorando pelo PPGE, pesquisador RCGI, ex-bolsista de mestrado PRH04, Convênio Petrobras 2

Taluia Croso - doutoranda pelo PPGE, pesquisadora RCGI ex-bolsista de mestrado PRH04, Convênio Petrobras 2

Diagramação e Revisão:

Marcia Regina Konrad

Edição:

Alexandre Simão ME

APRESENTAÇÃO

Esse livro é o resultado do esforço coletivo e da parceria entre o Programa de Políticas de Energia e Economia do Centro de Inovação do Gás, especificamente do Projeto 21, projeto financiado pela SHELL E & P Brazil / FAPESP, Instituto de Energia e Ambiente (IEE) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) – Escola de Governo do Senado Federal.

Os pesquisadores e colaboradores do Serviço de Jurídico do Gás desde junho de 2016 se propuseram a compreender e a analisar o mercado de gás brasileiro do ponto de vista regulatório e suas respectivas transformações ao longo do tempo.

Com tal perspectiva, o objetivo do livro foi canalizar as contribuições dos pesquisadores dentro do contexto do corrente debate do mercado do gás no Brasil. Para tanto, a iniciativa “Gás para Crescer” lançada pelo MME em julho de 2016, foi analisada dentro de cada tema objeto dos diversos capítulos. Ademais, assuntos relevantes como o contexto ambiental no qual a indústria do gás se encontra inserida e o gás não-convencional também foram objeto de estudo, sendo destacadas as políticas públicas formatadas pelo governo no sentido de responder às demandas desses segmentos.

Nessa linha, os capítulos foram estruturados de forma a apresentar a cadeia do gás e os seus aspectos constitucionais, especificamente, no âmbito das competências e as principais questões regulatórias atualmente existentes no país. Igualmente, tendo como objetivo averiguar o desenrolar do “Gás para Crescer”, os capítulos foram desenhados de modo a discorrer temas como: Comercialização de gás natural; Tarifação por entradas e saídas; Compartilhamento de infraestruturas essenciais (“*essential facilities*”); Estímulo à harmonização entre as regulações Estaduais e Federal; Desafios tributários e questões atinentes à demanda de gás e à contratação de gás boliviano.

Almeja-se através desse livro contribuir para a análise das dificuldades e dos avanços regulatórios possíveis para o mercado do gás no Brasil. Nessa obra, pretendeu-se abarcar trabalhos críticos e com sugestões para o futuro da indústria do gás. Trata-se, em poucas palavras, de um livro que deverá lidar com as questões atuais que interessam ao setor de gás.

Toda a equipe deseja uma ótima leitura.

RESUMOS

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL DA CADEIA DO GÁS NATURAL E A ESFERA DE COMPETÊNCIA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Hirdan K. de Medeiros Costa; Maiara F. B. Teixeira; Isabela M. M. e Silva

Resumo

O Capítulo “Visão geral da cadeia do gás natural e a esfera de competência federal, estadual e municipal” busca descrever a cadeia de valor do gás, e suas diversas etapas - exploração e produção, processamento, liquefação, transporte, regaseificação, estocagem, distribuição e, comercialização, a partir da perspectiva do entendimento preliminar de conceitos relativos ao monopólio natural e segmentos competitivos para adentrar no tema de atribuição constitucional.

São apresentas ainda as inovações e definições contidas na Lei 11.909/09, conhecida como Lei do Gás, a qual altera algumas determinações da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97) e, na sequência, o capítulo apresenta como é hodiernamente a divisão de competências nas esferas federal, estadual e municipal no que tange a indústria desse energético, sendo destacados os conflitos oriundos de vácuos regulatórios que trazem dúvidas aos operadores do gás natural.

Por fim, o presente texto aborda ainda a iniciativa do Ministério de Minas e Energia denominada Gás para Crescer, a qual objetiva construir medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás natural, considerando a expectativa de mudança do cenário dessa indústria com a diminuição da participação de seu principal player, a Petrobrás.

Palavras-chave: Cadeia do gás, esfera de competência, Gás para Crescer, regulação.

CAPÍTULO 2

LEI DO PETRÓLEO versus LEI DO GÁS

Renata R. de Araújo; Hirdan K. de Medeiros Costa; Silvia A. Curpetino; Rafael G. Pulgar

Resumo

A indústria do gás brasileira se defronta com alterações normativas substanciais desde a promulgação da Emenda Constitucional n. 09, de 1995 e da Lei do Petróleo (Lei n. 9478, de 1997), que trouxe conceitos e instrumentos jurídicos voltados à flexibilização do monopólio da União exercido pela Petrobras. Após doze anos, foi publicada a Lei do Gás (Lei n. 11.909, de 2009), introduzindo novos agentes, delineando detalhadamente diversas etapas da indústria do gás e se propondo a servir como instrumento instigador do ideal de competição e de expansão da indústria do gás brasileira. Dado esse cenário, a proposta desse capítulo é tecer um comparativo desses dois diplomas para avançar aos dilemas atuais consubstanciados nos documentos da iniciativa Gás para Crescer. Para tanto, adentrou-se no teor de cada um dos relatórios apresentados pelo Ministério de Minas e Energia no âmbito da Consulta Pública realizado no final de 2016. Os resultados da análise perpetrada nesse capítulo demonstram que as propostas regulatórias dessa Iniciativa trazem avanços cruciais que ficam à mercê da agenda futura do governo e da dinâmica do próprio mercado de gás, ainda muito pautado em um único agente como supridor.

Palavras-chaves: Lei do Petróleo e Lei do Gás, Indústria do gás brasileira, análise comparativa, histórico regulatório, iniciativa Gás para Crescer.

CAPÍTULO 3

A REGULAÇÃO DO PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL NO BRASIL SOB A ÓTICA DA CONCORRÊNCIA

Hirdan K.de Medeiros Costa; Marcia R. Konrad; Silvia A. Cupertino

Resumo

As mudanças ocorridas na indústria de gás brasileira demonstram que a implementação da concorrência é uma etapa a ser refletida e discutida. Passados alguns anos desde a flexibilização desse setor, as normas sobre entradas de agentes e incremento da concorrência ainda estão sendo cotidianamente colocadas em pauta. Isso demonstra a constatação de que uma mudança legislativa pode não ser acompanhada por uma alteração no mundo dos fatos. Assim, o presente trabalho tem o escopo de contribuir para o debate sobre a atuação dos mecanismos regulatórios no segmento de processamento de gás natural, chamando atenção para aspectos não suscitados e que remetem a uma maior reflexão sobre a concorrência nesse segmento. A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica e a análise normativa. Portanto, por meio do exame da situação desse segmento no país, pretende-se sugerir uma postura ativa do ente regulador para que este, ao exercitar o seu poder normativo, leve em consideração o benefício gerado por um maior número de agentes no mercado de gás natural brasileiro.

Palavras-chaves: Indústria do gás brasileira, competição, etapa de processamento, iniciativa Gás para Crescer.

CAPÍTULO 4

ACESSO AO GASODUTO (DUTO DEDICADO) E TROCA OPERACIONAL (SWAP) DE GÁS: ASPECTOS CONCEITUAIS E TRIBUTÁRIOS

Silvia A. Cupertino; Marcia R. Konrad; Hirdan K. de Medeiros Costa

Resumo

A swap é um elemento capaz de otimizar a utilização da capacidade de movimentação do gás natural na rede de transporte que passa a estabelecer valor ótimo em sua estrutura. O acesso a dutos dedicados otimiza a operacionalização logística do gás natural, o que eleva consideravelmente sua capacidade de transporte e reduz significativamente as tarifas praticadas pelo mercado, além de viabilizar ampliação da oferta nacional do produto e de suas importações quando necessárias.

O uso da troca operacional do gás natural traz vantagens para a cadeia produtiva na medida em que libera capacidade de transporte, otimizando a malha, garantindo o fornecimento de gás em caso de contingência e emergência, diminuindo a assimetria entre os carregadores e reduzindo tarifas.

A doutrina de *essential facilities* criou a noção de direito de acesso a gasodutos para possibilitar o mínimo de concorrência. Neste contexto é evidenciado um ambiente mercadológico de gás natural onde haja maior ação concorrencial, já que passa ser oportunizada entrada de novos atores no setor, o que acaba por, além de fomentá-lo, reduzir os custos relacionados a informações e a logística do gás.

A redução de dependência da rede de transporte do gás natural está significativamente atrelada a implementação do *swap* (ou troca operacional), já que esta dispensa de movimentação física do gás, fazendo com que o gás seja disponibilizado pelas empresas aos consumidores, estando estes consumidores interligados ou não a malha de transporte.

Palavras-chave: Swap, acesso ao gasoduto, regulação, cadeia do gás, concorrência.

CAPÍTULO 5

TRIBUTAÇÃO DO GÁS: ICMS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Marcia R. Konrad; Silvia A. Cupertino; Hirdan K.de Medeiros Costa

Resumo

Este capítulo discorrerá sobre a incidência tributária sob as atividades da indústria do gás, especificamente, quanto ao ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), assim como na sistemática das participações governamentais, particularmente, da distribuição atualmente vigente para os royalties.

O gás natural é explorado em quatro etapas, que são (i) exploração e produção do gás natural; (ii) processamento; (iii) transporte e estocagem; e (iv) distribuição. A atividade é regulada pela Lei n.º 11.909, de 4 de março de 2009, e subsidiariamente, pela Lei n.º 9.478/1997, já a espécie tributária incidente sobre o gás natural é o ICMS. Tal imposto é previsto no art. 155, inciso II da Constituição Federal, e de competência dos Estados da Federação, tendo como fato gerador é a circulação de mercadores e serviços, excluídos os previstos na órbita de incidência do ISS.

O fato gerador do ICMS é o surgimento legal da transferência de propriedade de um bem ou serviço. Este imposto representa o principal tributo estadual brasileiro e sua composição elenca todas as etapas do processo produtivo do gás natural, incorporadas suas etapas de circulação, comunicação e consumo.

Palavras-chave: Tributação, participações governamentais, ICMS, royalties, cadeia do gás.

CAPÍTULO 6

VISÃO GERAL DAS QUESTÕES RELATIVAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NAS ETAPAS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL

Mariana F. Miranda; Hirdan K. de Medeiros Costa; Renata R. de Araújo; Vitor E. S. Santos

Resumo

O art. 225 da Constituição Federal de 1988 inaugura o Direito Ambiental Constitucional brasileiro. Sendo que no inciso VI do art. 225, prescreveu-se que para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente é exigido estudo prévio de impacto ambiental. A indústria do gás brasileira se enquadra como atividade que pode acarretar impactos ao meio ambiente e, dessa forma, o interessado em empreender nesse mercado deve realizar estudos ambientais de forma a atender a legislação infraconstitucional. O objetivo desse capítulo, então, é trazer uma visão dos aspectos gerais que envolvem o licenciamento ambiental na exploração e produção de gás natural. Ademais, os autores apresentam questões controversas que emergiram nos últimos anos em decorrência do modelo de regulamentação brasileiro e dos avanços do entendimento da relação entre homem e natureza. Finalmente, políticas públicas na área de exploração e produção são apresentadas e comentadas para possibilitar ao leitor o acompanhamento das ações governamentais em matéria ambiental.

Palavras-chaves: Direito Ambiental Constitucional, Indústria do gás brasileira, licenciamento, questões controversas, políticas públicas.

CAPÍTULO 7

PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DE GÁS NÃO CONVENCIONAL: PERSPECTIVAS PARA O CASO BRASILEIRO

Renata R. de Araújo; Mariana F. Miranda; Hirdan K. de Medeiros Costa; Vitor E. S. Santos

Resumo

A viabilização técnica e econômica da extração de gás de folhelho, principal fonte de gás não convencional, provocou o aumento da oferta de gás natural (GN) nos Estados Unidos e contribuiu para a queda de seu preço naquele mercado. O Brasil define-se como um mercado gasífero emergente, que também explora novas fronteiras com importante potencial para produção de gás natural. Nesse contexto destaca-se o pré-sal, mas o país vislumbra, igualmente, possibilidades de explorar recursos não convencionais como o gás de folhelho. Este capítulo mostra como se deu o desenvolvimento do gás de folhelho, suas principais características, riscos e oportunidades. Analisa também a conjuntura brasileira para o surgimento de uma possível indústria local. Essa análise é elaborada a partir de uma perspectiva regulatória e aponta como sugestão de conciliação de interesses a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), com o objetivo de orientar a decisão do governo em relação à exploração de hidrocarbonetos não convencionais no Brasil e oferecer as informações necessárias ao público e aos decisores interessados para que esse processo possa ocorrer de maneira segura e responsável.

Palavras-chave: Gás não convencional, gás de folhelho, Brasil, aspectos regulatórios

CAPÍTULO 8

MERCADO LIVRE DO GÁS NATURAL E A REGULAMENTAÇÃO AO NÍVEL ESTADUAL E FEDERAL

Silvia A. Cupertino, Hirdan K. De Medeiros Costa, Renata R. de Araújo, Maiara F. B. Teixeira, Rafael G. Pulgar

Resumo

No Brasil, o gás natural desempenha papel fundamental no atendimento da indústria e da demanda elétrica que garante seu abastecimento energético. O setor, contudo, ainda apresenta barreiras comerciais e uma integração vertical que pode dificultar a entrada de novos players nessa indústria. Ademais, há uma carência de um arcabouço fiscal e regulatório mais desenvolvido que estimule a oferta e o consumo do energético. O presente capítulo descreve brevemente as características mais relevantes do mercado de gás natural nacional, destacando suas vantagens e seus desafios econômicos, comerciais e regulatórios na construção de um mercado brasileiro de gás mais competitivo. Analisa o contexto regulatório da cadeia produtiva do gás natural em nível federal e estadual, destacando o papel dos estados na exploração dos serviços locais de gás canalizado e seus esforços para estabelecer efetivamente regulamentos que possibilitem a concorrência do setor de gás natural. Por fim, o capítulo apresenta ações em curso no âmbito da iniciativa “Gás para Crescer”, que têm como objetivo propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás natural.

Palavras-chave: indústria de gás brasileira, regulamentação federal e estadual, mercado livre, “Gás para crescer”.

CAPÍTULO 9

A DEFESA DA CONCORRÊNCIA EM INDÚSTRIAS PARCIALMENTE LIBERALIZADAS – ESTUDO DE CASO DA GÁSLOCAL (PETROBRAS/WHITE MARTINS) NO CADE: DEFENDENDO A CONCORRÊNCIA OU FAVORECENDO O MONOPÓLIO?

Diogo Lisbona Romeiro

Resumo

A GasLocal (Projeto Gemini), joint venture entre Petrobras e White Martins, distribui e comercializa gás natural liquefeito (GNL), competindo com as concessionárias estaduais de gás canalizado que detém monopólio de distribuição por dutos. O projeto é alvo de questões regulatórias e suscita inúmeras preocupações para a defesa da concorrência. Em operação há dez anos, o consórcio enfrentou longo Processo Administrativo e revisão inédita de Ato de Concentração no órgão de defesa da concorrência (CADE), com judicialização constante. A presença da Petrobras no Consórcio e a possível captura de clientes-âncoras estratégicos para a expansão da malha das distribuidoras constituem os principais temores quanto aos possíveis danos à concorrência. Por outro lado, dada a reduzida escala da planta e o elevado custo de liquefação, argumenta-se que a comercialização de GNL ao invés de fechar potenciais mercados das distribuidoras, difunde a utilização do gás em áreas ainda não atendidas.

Palavras-chave: Defesa da concorrência, distribuição de gás, gás natural liquefeito, regulação.

CAPÍTULO 10

BALANÇO DO GÁS NATURAL BOLIVIANO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

Yanna Clara Prade; Marcelo Colomer; Edmar de Almeida

Resumo:

O Brasil depende fortemente das importações de gás natural provenientes da Bolívia e se encontra atualmente no processo de renegociação de tal contrato, que termina em 2019. O artigo pretende avaliar as condições da Bolívia para renová-lo nos volumes do contrato original, dado o novo contexto do mercado de gás natural boliviano. O país vem passando por um processo de industrialização focada em indústrias gás-intensivas e possui um contrato de exportação de gás natural com a Argentina, o qual se estenderá até 2026. Somado a isto está o escasso investimento em exploração nos últimos anos, que resultou numa deterioração das reservas de gás natural do país vis-à-vis sua produção crescente. O resultado principal do artigo é que, nos cenários de demanda considerados e com os níveis atuais de investimentos na Bolívia, o país não terá recursos gasíferos suficientes para renovar o contrato de exportação para o Brasil nos atuais volumes. O déficit definitivo do mercado, não conseguindo nem mesmo cumprir com o contrato de exportação com a Argentina, seria entre 2023 e 2024. Estimamos que o país devesse investir entre US\$ 5 e 6,2 bilhões nos próximos 10 anos para garantir que o consumo doméstico e os compromissos de exportação sejam mantidos.

Palavras-chave: Gás natural, Bolívia, balanço de oferta e demanda.

CAPÍTULO 11

A REGULAMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL NOS EUA E NO BRASIL: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Hirdan K. de Medeiros Costa; Renata R. de Araújo

Resumo

A indústria do gás norte-americana é reconhecidamente madura em termos de infraestrutura e de normas regulatórias que refletem um modelo de competição crível. Diferente dessa perspectiva, no Brasil, a indústria do gás ainda, trilha os seus caminhos iniciais, enquadrando-se como um modelo em desenvolvimento. Dessa forma, o objetivo deste capítulo foi realizar uma descrição histórica e analítica das alterações relacionadas com a regulação da sua indústria de gás nesses dois países nas últimas décadas. A motivação para a escolha desse objeto de estudo foi o fato de a legislação de gás brasileira dispor de elementos que demonstram claros indícios de um espelhamento na evolução e nas lições do modelo norte-americano. Os resultados do estudo efetivamente demonstram a influência dos conceitos de competição e de regulação americanos no Brasil. Contudo, esse país ainda encontra ampla agenda de incorporações metodológicas e mudanças institucionais para alcançar o exemplo norte-americano. A iniciativa Gás para Crescer, atualmente, sustentada pelo Governo Federal leva a crer que os esforços podem ocasionar alterações na corrente legislação de modo que o Brasil possa abarcar conceitos direcionados ao mercado mais competitivo, pluralidade de agentes e preços adequados à expansão do uso do gás.

Palavras-chaves: Indústria do gás norte-americana, Indústria do gás brasileira, competição, histórico regulatório, iniciativa Gás para Crescer.

ÍNDICE ANALÍTICO

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL DA CADEIA DO GÁS NATURAL E A ESFERA DE COMPETÊNCIA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Hirdan K. de Medeiros Costa; Maiara F. B. Teixeira; Isabela M. M. e Silva

INTRODUÇÃO

1. MONOPÓLIO NATURAL E OUTROS PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

2. A CADEIA DE VALOR DO GÁS

2.1. EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

2.2. ESTOCAGEM E ACONDICIONAMENTO

2.3. PROCESSAMENTO

2.4. TRANSPORTE

2.5. DISTRIBUIÇÃO

2.6. COMERCIALIZAÇÃO

3. A LEI DO GÁS (Lei nº 11.909/2009)

4. ANÁLISE DA COMPETÊNCIA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

4.1. COMPETÊNCIA FEDERAL

4.2. COMPETÊNCIA ESTADUAL

4.3. COMPETÊNCIA MUNICIPAL

5. OS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA

6. GÁS PARA CRESCER

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 2

LEI DO PETRÓLEO versus LEI DO GÁS

Renata R. de Araújo; Hirdan K. de Medeiros Costa; Silvia A. Curpetino; Rafael G. Pulgar

INTRODUÇÃO

1. LEI DO PETRÓLEO E OS DISPOSITIVOS DO SETOR DO GÁS

2. LEI DO GÁS

3. AS INOVAÇÕES DA LEI DO GÁS NO SETOR DO GÁS E INOVAÇÕES POLÍTICAS

4. AS MODIFICAÇÕES NA LEI DO GÁS E TENDÊNCIAS FUTURAS

4.1. COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL

4.2. DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE MODELO DE TARIFA POR “ENTRADAS E SAÍDAS” NO TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

4.3. COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURAS ESSENCIAIS PARA A CONCORRÊNCIA

4.4. ESTÍMULO À HARMONIZAÇÃO ENTRE AS REGULACOES ESTADUAIS E FEDERAL

4.5. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA DEMANDA POR GÁS NATURAL

4.6. HARMONIZAÇÃO (OU INTEGRAÇÃO) ENTRE OS SETORES ELÉTRICO E DE GÁS NATURAL

4.7. GESTÃO INDEPENDENTE INTEGRADA, PLANEJAMENTO E OUTORGA DO SISTEMA DE TRANSPORTE E INSTALAÇÕES DE ESTOCAGEM

4.8. POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO DO GÁS NATURAL DA PARCELA DA UNIÃO NOS CONTRATOS DE PARTILHA

4.9. DESAFIOS TRIBUTÁRIOS

4.10. APOIO ÀS NEGOCIAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE GÁS BOLIVIANO E/OU OUTRAS ALTERNATIVAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 3

A REGULAÇÃO DO PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL NO BRASIL SOB A ÓTICA DA CONCORRÊNCIA

Hirdan K.de Medeiros Costa; Marcia R. Konrad; Silvia A. Cupertino

INTRODUÇÃO

1. A FUNÇÃO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL (UPGN)

2. LUCRATIVIDADE DA UPGN NA CADEIA DO GÁS

3. ESTRUTURA REGULATÓRIA DA UPGN NA CADEIA DE GÁS NATURAL NO BRASIL

4. INICIATIVA “GÁS PARA CRESCER”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 4

ACESSO AO GASODUTO (DUTO DEDICADO) E TROCA OPERACIONAL (SWAP) DE GÁS: ASPECTOS CONCEITUAIS E TRIBUTÁRIOS

Silvia A. Cupertino; Marcia R. Konrad; Hirdan K. de Medeiros Costa

INTRODUÇÃO

1. ACESSO A GASODUTO – DUTO DEDICADO

1. TROCA OPERACIONAL DE GÁS: SWAP

1.1. CONCEITO

2.2. A REGULAÇÃO DA TROCA OPERACIONAL DO GÁS (SWAP)

2.2.1. A LEGISLAÇÃO FEDERAL APLICADA AO SWAP

2.2.2. A REGULAMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP)

3. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 5

TRIBUTAÇÃO DO GÁS: ICMS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Marcia R. Konrad; Silvia A. Cupertino; Hirdan K.de Medeiros Costa

INTRODUÇÃO

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL E TRIBUTAÇÃO DO GÁS NATURAL

2. ICMS: CONCEITO, INCIDÊNCIA E O SETOR DO GÁS

2.1. BASE DE CÁLCULO DO ICMS

2.2. NÃO CUMULATIVIDADE DO ICMS

2.3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NO ICMS

3. EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO (E&P)

4. ETAPAS INTERMEDIÁRIAS (TRATAMENTO, PROCESSAMENTO, ESTOCAGEM)

4.1. TRANSPORTE

4.2. DISTRIBUIÇÃO

4.3. COMERCIALIZAÇÃO

5. PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO SETOR DE GÁS

5.1. VISÃO GERAL

5.1.1. BÔNUS DE ASSINATURA

5.1.2. ROYALTIES

5.1.3. PARTICIPAÇÃO ESPECIAL:

5.1.4. DECRETO Nº 2.705, DE 3 DE AGOSTO DE 1998:

5.1.5. PAGAMENTO PELA OCUPAÇÃO OU RETENÇÃO DE ÁREA:

5.1.6. PARTICIPAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DA TERRA

5.2 ARRECADAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DESTINAÇÃO DOS ROYALTIES

5.2.1. OS ROYALTIES DE PETRÓLEO E GÁS NA LEI DO PETRÓLEO E NA LEI 7.990

5.2.2. DA DIVISÃO DE ROYALTIES PARA A EXPLORAÇÃO DECORRENTE DA REGIÃO DO PRÉ-SAL: LEI 12.734/2012

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 6

VISÃO GERAL DAS QUESTÕES RELATIVAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NAS ETAPAS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL

Mariana F. Miranda; Hirdan K. de Medeiros Costa; Renata R. de Araújo; Vitor E. S. Santos

INTRODUÇÃO

1. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA: LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À INDÚSTRIA DE GN

1.1. ATIVIDADES SUJEITAS A LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1.1.1. COMPETÊNCIA PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1.2. PROCEDIMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1.3. PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ETAPAS DE E&P DE GN

1.4.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES DE E&P OFFSHORE

1.4.2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES DE E&P ONSHORE

2. QUESTÕES CONTROVERSAS

2.1. COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA VS. PARA O LICENCIAMENTO

2.2. PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTES PÚBLICOS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

2.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREA SEDIMENTAR – AAAS

3. LICENCIAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO E&P

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 7

PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DE GÁS NÃO CONVENCIONAL: PERSPECTIVAS PARA O CASO BRASILEIRO

Renata R. de Araújo; Mariana F. Miranda; Hirdan K. de Medeiros Costa; Vitor E. S. Santos

INTRODUÇÃO

1. EXPLORAÇÃO, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE GÁS NÃO- CONVENCIONAL NO MUNDO E NO BRASIL

1.1. O QUE É GÁS DE FOLHELHO?

1.2. EXPLORAÇÃO DE GÁS DE FOLHELHO NOS EUA

1.3. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE GÁS DE FOLHELHO

1.4. RISCOS APRESENTADOS PELO DESENVOLVIMENTO DE GÁS DE FOLHELHO

1.5. GÁS DE FOLHELHO NO BRASIL

1.5.1. 12ª RODADA DE LICITAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS

1.5.2. REGULAMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE GÁS DE FOLHELHO NO BRASIL

1.5.3. RESOLUÇÃO Nº 21/2014 DA ANP

2. SUGESTÕES DE CONCILIAÇÃO DE INTERESSES

2.1 AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE) PARA O DESENVOLVIMENTO DE GÁS DE FOLHELHO NO BRASIL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 8

MERCADO LIVRE DO GÁS NATURAL E A REGULAMENTAÇÃO AO NÍVEL ESTADUAL E FEDERAL

Silvia A. Cupertino, Hirdan K. De Medeiros Costa, Renata R. de Araújo, Maiara F. B. Teixeira, Rafael G. Pulgar

INTRODUÇÃO

1. O MERCADO DO GÁS NATURAL NO BRASIL

2. LEI DO GÁS E O ÂMBITO ESTADUAL: ASPECTOS LEGAIS

2.1. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.2. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.3. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO

2.4. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

2.5. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.6. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.7. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

2.8. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO SERGIPE

2.9. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PERNAMBUCO

2.10. LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

3. A INICIATIVA GÁS PARA CRESCER

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 9

A DEFESA DA CONCORRÊNCIA EM INDÚSTRIAS PARCIALMENTE LIBERALIZADAS – ESTUDO DE CASO DA GÁSLOCAL (PETROBRAS/WHITE MARTINS) NO CADE: DEFENDENDO A CONCORRÊNCIA OU FAVORECENDO O MONOPÓLIO?

Diogo Lisbona Romeiro

INTRODUÇÃO

1. A DEFESA DA CONCORRÊNCIA EM INDÚSTRIAS PARCIALMENTE LIBERALIZADAS

2. ESTUDO DE CASO: CONSÓRCIO GEMINI (PETROBRAS, WHITE MARTINS E GÁSLOCAL)

2.1. O CONSÓRCIO GEMINI

2.2. ESPECIFICIDADES DO GÁS NATURAL

2.3. CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA DO GÁS NATURAL NO BRASIL

2.4. IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVO, REGULATÓRIO E JUDICIAL

2.5. ANÁLISE DO ATO DE CONCENTRAÇÃO

2.6. O PROCESSO ADMINISTRATIVO E A REVISÃO DO ATO DE CONCENTRAÇÃO

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 10

BALANÇO DO GÁS NATURAL BOLIVIANO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

Yanna Clara Prade; Marcelo Colomer; Edmar de Almeida

INTRODUÇÃO

1. MERCADO DE GÁS NATURAL DA BOLÍVIA

1.1. PRODUÇÃO, RESERVAS E INVESTIMENTOS

1.2. DEMANDA

2. PROJEÇÃO DO BALANÇO BOLIVIANO DE GÁS NATURAL

- 2.1. OFERTA
- 2.2. DEMANDA DOMÉSTICA E OS NOVOS PROJETOS
- 2.3. OS COMPROMISSOS DE EXPORTAÇÃO
- 3. OS CENÁRIOS E A NECESSIDADE DE INVESTIMENTO
 - 3.1. OS BALANÇOS DO GÁS NATURAL BOLIVIANO
 - 3.2. A ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO NECESSÁRIO
 - 3.3. AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA BOLÍVIA E A PERSPECTIVA DE INVESTIMENTO
 - 3.4. O DEBATE DA INICIATIVA GÁS PARA CRESCER
- 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS
- REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 11

A REGULAMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL NOS EUA E NO BRASIL: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Hirdan K. de Medeiros Costa; Renata R. de Araújo

INTRODUÇÃO

- 1. A REGULAMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL NOS EUA
 - 1.1. ERA DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL (1910 – 1950)
 - 1.2. ERA DA REGULAÇÃO (1950 – DÉCADA DE 1970)
 - 1.3. ERA DO MERCADO INEFICIENTE (FINAL DA DÉCADA DE 1970 – MEADOS DA DÉCADA DE 1980)
 - 1.4. ERA DA DESREGULAMENTAÇÃO
 - 1.5. REGULAMENTAÇÃO ATUAL
- 2. A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GÁS
 - 2.1. PRIMEIRA FASE
 - 2.2. SEGUNDA FASE
- 3. GÁS PARA CRESCER E AS ATUALIDADES REGULATÓRIAS
- CONSIDERAÇÕES FINAIS
- AGRADECIMENTOS
- REFERÊNCIAS

AGRADECIMENTOS

Os organizadores da presente Obra agradecem o apoio institucional e o suporte financeiro das seguintes instituições:

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados do país.

Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06, Edifício CAPES – CEP: 70.040-031 – Brasília, DF.

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq: Agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.

SHIS QI 1 Conjunto B - Blocos A, B, C e D - Lago Sul - Brasília/DF

- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP: Uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com autonomia garantida por lei, a FAPESP está ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de São Paulo.

R. Pio XI, 1500 - Alto da Lapa - CEP 05468-901 São Paulo/SP.

- IEE - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo

Avenida Professor Luciano Gualberto, 1289

Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP

- Programa de Pós-Graduação em Energia (PPGE):

Vinculado ao Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP) e oferece Cursos *Strictu Sensu* de Mestrado Acadêmico e Doutorado de caráter Interdisciplinar, na área de Energia.

Criado em 1989 como um Programa Interunidades, vinculado às Unidades IEE, IF (Instituto de Física), FEA (Faculdade de Economia e Administração), e EP (Escola Politécnica), desde 2014 se tornou um Programa do Instituto de Energia e Ambiente da USP, mantendo o seu caráter interdisciplinar.

- Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo (PRH-ANP04) e os Convênios Petrobras n. 2 e 3:

O PRH/ANP04 prevê o enquadramento das suas atividades em especial dentro da Indústria de Gás Natural. Vários temas são desenvolvidos nos campos da graduação (iniciação científica) e da pós-graduação (mestrado e doutorado) visando à cadeia produtiva do GN e sua regulação correlata, como por exemplo: Regulação do transporte e da distribuição de gás natural canalizado; Regulação do gás natural comprimido e do gás natural liquefeito; Expansão da infraestrutura de transporte do gás natural; Expansão e adensamento da rede de distribuição de gás natural; Estudos de eletrotermia e utilização do gás natural como agente redutor do consumo de energia em indústrias; Estudos de processos químicos e termodinâmicos de utilização do gás natural como matéria-prima para diversos usos; Estudos sobre o ciclo de vida de unidades produtoras de gás natural.

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo

Avenida Professor Luciano Gualberto, 1289 - Cidade Universitária CEP 05508-010 - Butantã - São Paulo SP.

- Projeto 21 - SERVIÇO JURÍDICO BRASILEIRO DE NORMAS DO GÁS NATURAL:

Projeto integrante do Programa de Políticas de Energia e Economia. O escopo do projeto é analisar comparativamente os arcabouços legais e regulatórios aplicados ao setor do gás natural do Brasil e do Canadá, considerando especificamente os estados de São Paulo e de Alberta, bem como avaliar as consequências dos diversos regimes de gás natural dentro do contexto desses países. O projeto visa organizar centro jurídico que agregue aspectos legais, regulatórios e políticos do gás natural. Além da compilação da legislação federal e estadual, especificamente, do estado de São Paulo, o centro jurídico também visa fomentar comentários

e incentivar discussões dos principais especialistas de gás natural do Brasil.

Av. Professor Mello Moraes, 2231

Escola Politécnica - Cidade Universitária

Butantã - São Paulo/SP - 05508-030

- RCGI - Centro de Pesquisa para Inovação em Gás:

Centro mundial para estudos avançados no uso sustentável do gás natural, biogás, hidrogênio e gestão, transporte e armazenamento de emissões de CO₂. O centro, baseado na Universidade de São Paulo, é fruto de parcerias da FAPESP no apoio de pesquisa científica de alto nível para o desenvolvimento do setor de energia. O RCGI é grato ao generoso apoio dos patrocinadores fundadores: FAPESP e Shell.

Av. Professor Mello Moraes, 2231

Escola Politécnica - Cidade Universitária

Butantã - São Paulo/SP - 05508-030

- Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Brasília DF.

Ademais, os organizadores da presente Obra agradecem aos alunos, bolsistas, pesquisadores do IEE, RCGI, especialmente aos pertencentes do Programa de Políticas de Energia e Economia. Também, manifestamos gratidão aos professores do Conselho Editorial e Científico e pareceristas, assim como os autores convidados para integrar esse Livro que é um marco nas discussões da indústria brasileira de gás.

POSFÁCIO

Ao longo do livro foi possível verificar as mudanças ocorridas na indústria do gás nacional desde a edição da Lei do Petróleo, ocorrida em 1997, passando também pela promulgação da Lei do Gás, em 2009. Ademais, os capítulos abordaram de forma didática as diversas normas editadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis (ANP) e demais órgãos governamentais competentes.

A estrutura capitular do livro pretendeu percorrer historicamente a cadeia de valor do gás, não olvidando os aspectos técnicos, regulatórios e econômicos peculiares à indústria de redes.

O capítulo primeiro ateu-se aos principais aspectos constitucionais afetos ao tema. O capítulo segundo apresentou a evolução legislativa e detalhou o contexto da iniciativa "Gás para Crescer". O capítulo terceiro trouxe a relevância do entendimento do compartilhamento da infraestrutura, como às relativas ao processamento, para a ampliação da concorrência no setor. O capítulo quarto adentrou temas pertinentes ao transporte de gás, e o quinto explorou tanto os tributos, quanto as participações governamentais.

Os capítulos 6 e 7 abordaram questões da ótica ambiental e do gás não convencional. Já os últimos capítulos concentram-se em desafios com perspectivas de casos concretos. Nessa linha, o capítulo oitava analisou o mercado livre do caso e sua regulamentação no Estados brasileiros e dentro da legislação federal.

Os capítulos 9 e 10 contaram com a participação de autores provenientes do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, demonstrando a riqueza de interação entre universidades e grupos de pesquisa. E, o capítulo 11 finaliza comparando o histórico regulatório da indústria de gás dos Estados Unidos e do Brasil.

O livro, portanto, é uma importante contribuição científica para o setor de gás, servindo como obra basilar para o futuro que segue, posto que as discussões da iniciativa "Gás para Crescer" transcorrerão certamente para

esferas do processo legislativo com propositura de importantes modificações normativas. Assim, as contribuições imparciais da academia na reflexão do tema trazem o enriquecimento de conteúdo informativo e analítico para a continuidade do debate e para o enfrentamento de questões que ainda são entraves ao amplo desenvolvimento do mercado de gás no Brasil.